TesouroNacional

RTN 2021

Junho

Resultado do Tesouro Nacional

Publicado em 29/07/2021

Ministério da Economia
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento
Secretaria do Tesouro Nacional

TesouroNacional
Secretaria Especial Tesouro Orçamento
Ministério da Economia
Pátria Amada Brasil Governo Federal

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central Brasil – 2020/2021 – Valores Nominais

R$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2020/2021								
Discriminação	Jan-Jun		Variação (2021/2020)		Junho		Variação (2021/2020)	
	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	658.430	900.345	36,7%	28,5%	80.688	136.253	68,9%	55,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	131.526	168.372	28,0%	20,3%	15.719	25.731	63,7%	51,1%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	526.904	731.973	38,9%	30,6%	64.969	110.522	70,1%	57,0%
IV. DESPESA TOTAL	944.250	785.627	-16,8%	-22,0%	259.822	184.075	-29,2%	-34,6%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	**-417.346**	**-53.654**	**-87,1%**	**-88,4%**	**-194.853**	**-73.553**	**-62,3%**	**-65,2%**
Tesouro Nacional	-221.631	105.017	-	-	-139.762	-18.190	-87,0%	-88,0%
Banco Central	-271	-291	7,6%	1,0%	61	-221	-	-
Previdência Social (RGPS)	-195.444	-158.380	-19,0%	-24,3%	-55.152	-55.141	0,0%	-7,7%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-11,7%	-1,3%	-	-	-32,9%	-10,7%	-	-
Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	-221.902	104.726	-	-	-139.701	-18.411	-86,8%	-87,8%

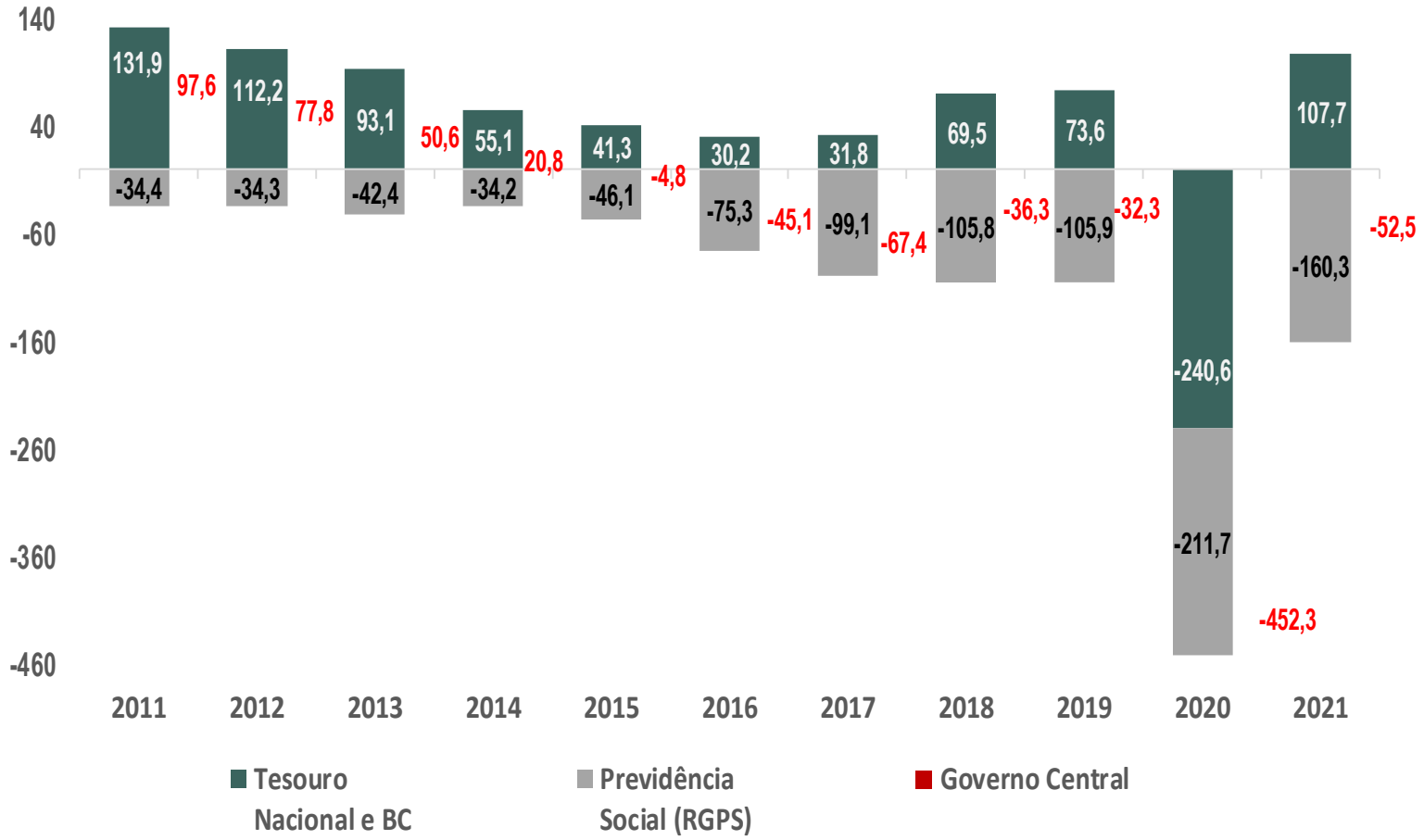
Fonte: Tesouro Nacional

Em **junho de 2021**, houve **déficit primário** de **R$ 73,6 bilhões**, frente a déficit de **R$ 194,9 bilhões em junho de 2020** (valores nominais).

No acumulado até junho de 2021, houve déficit de R$ 53,7 bilhões frente a déficit de R$ 417,3 bilhões em 2020 (em valores nominais). Resultado influenciado pela evolução da arrecadação bem como pela focalização dos gastos em resposta à crise Covid-19.

Resultado Fiscal do
Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2021 – R$ Bilhões – A preços de jun/21– IPCA

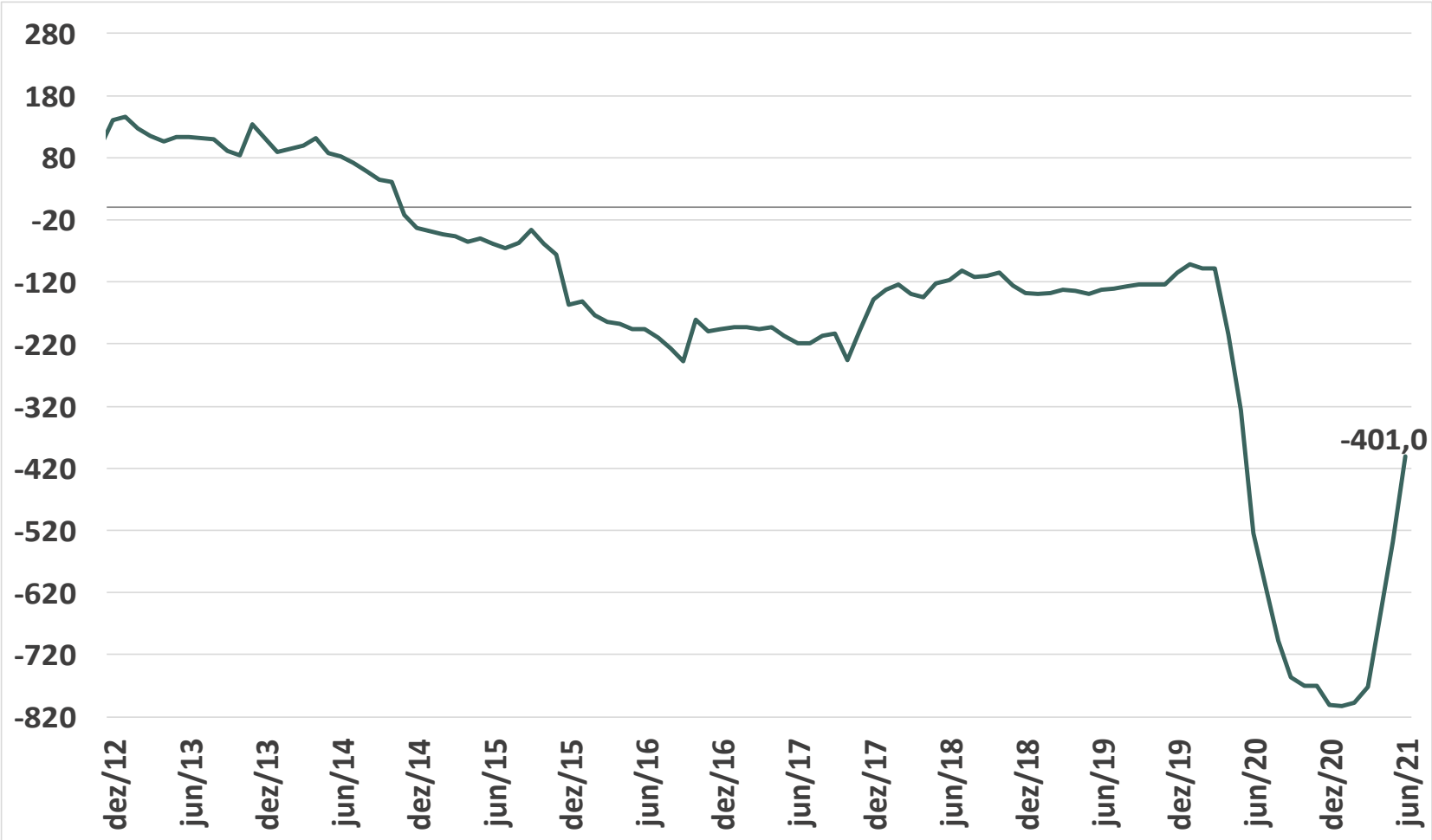


Fonte: Tesouro Nacional

Até junho de 2021, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R$ 160,3 bilhões** (a preços de jun/21)**,** enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R$ 107,7 bilhões**.

Resultado Fiscal do
Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2021 – R$ Bilhões – A preços de jun/21– IPCA

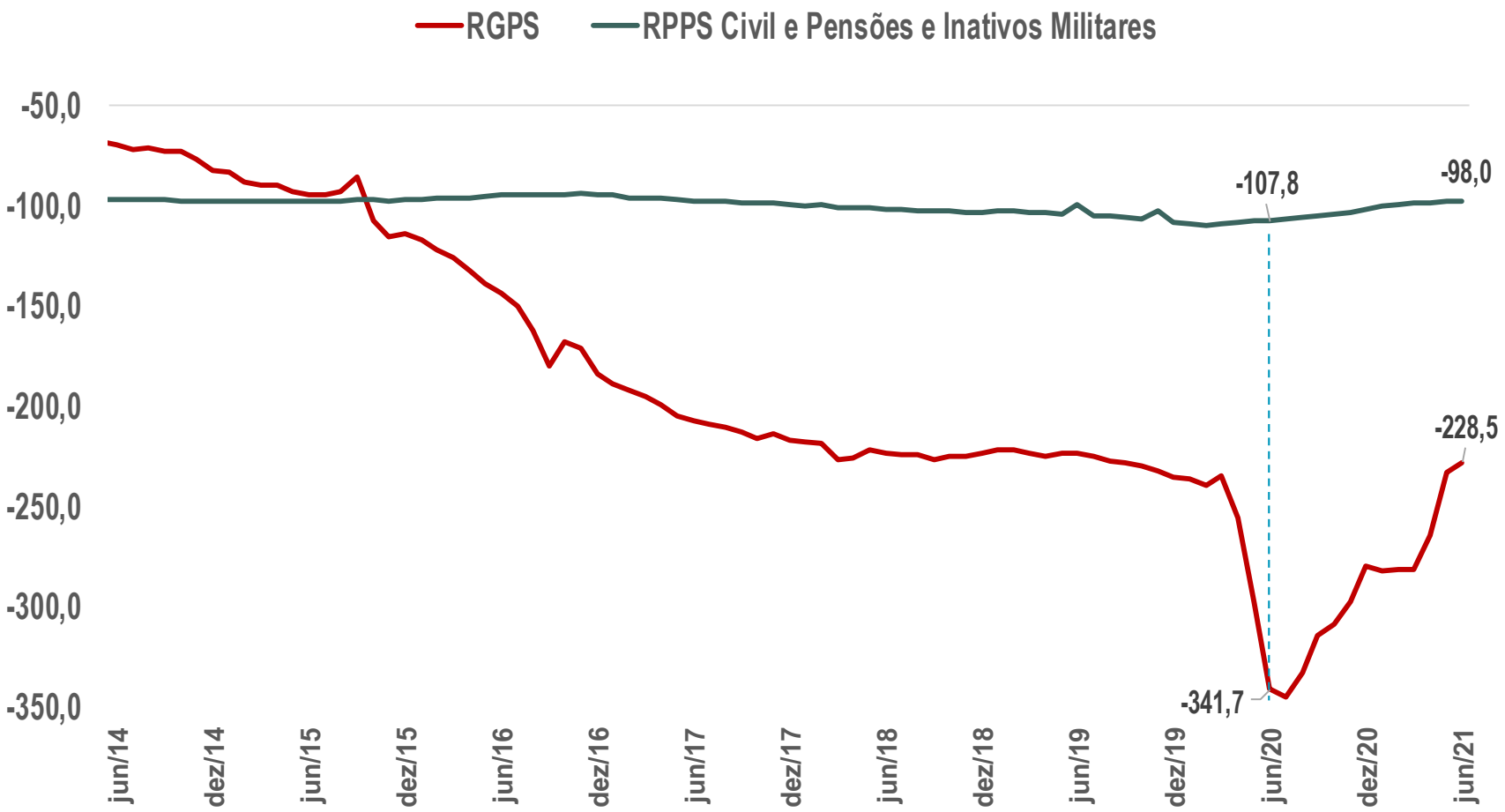


Fonte: Tesouro Nacional

O **resultado primário** do **Governo Central** acumulado em 12 meses (até jun/2021) foi de **déficit de R$ 401,0 bilhões**, equivalente a **4,7% do PIB**.

Evolução do Resultado do
RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2021 – R$ Bilhões – A preços de jun/21- IPCA*



* *Inclui FCDF.*

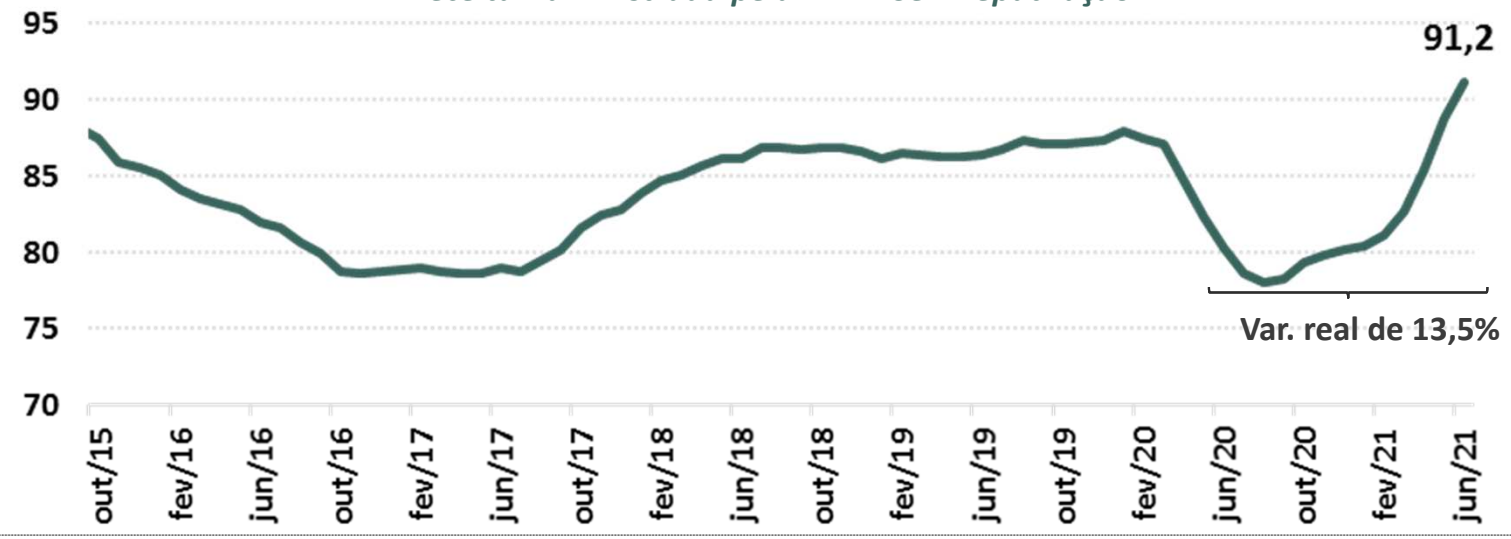
Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R$ 326,5 bilhões (3,9% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até junho de 2021, a preços de jun/2021 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre jun/20 e jun/21 em R$ 113,2 bi deveu-se ao efeito conjunto da redução em R$ 63,4 bi dos benefícios previdenciários e da elevação de R$ 49,9 bi da arrecadação líquida do RGPS.

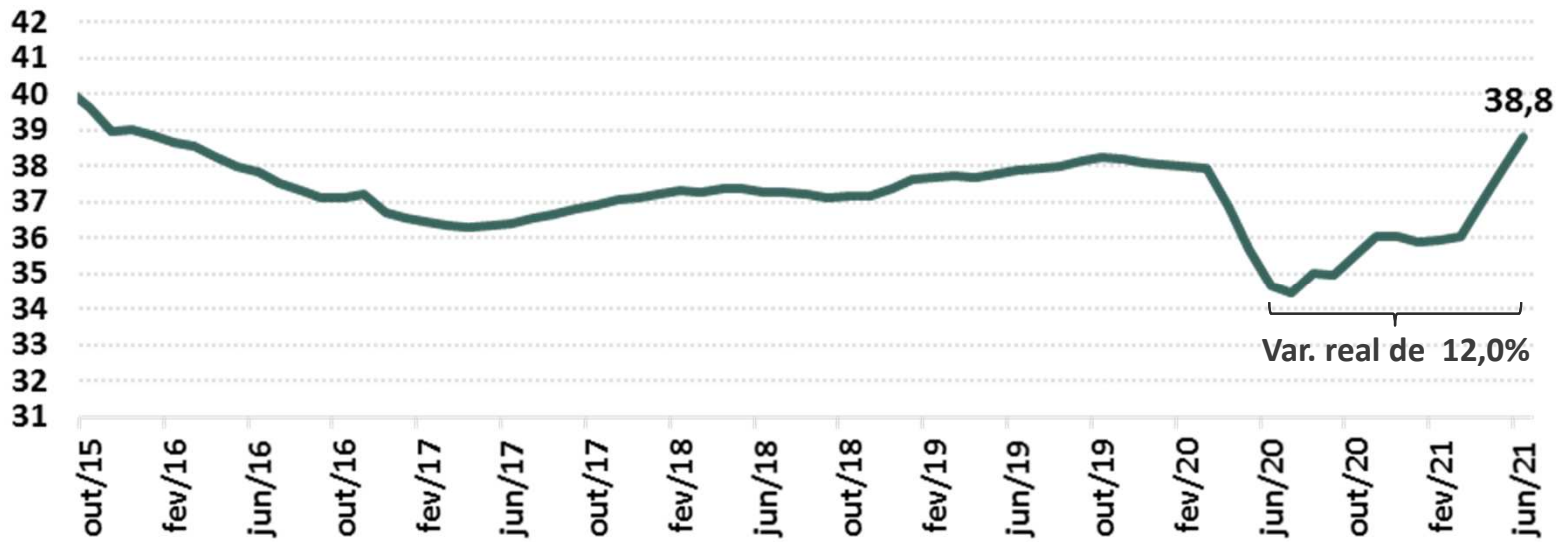
Receitas do Governo Central
Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R$ Bilhões – A preços de jun/21- IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



Arrecadação Líquida para o RGPS



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada** pela **RFB apresentou elevação real de 13,5 %** em relação a junho de 2020, enquanto a variação registrada pela **arrecadação líquida para o RGPS foi de 12,0%.**

A dinâmica recente da arrecadação foi afetada pelo impacto sobre a atividade e diferimentos decorrentes da pandemia COVID-19.

Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2020/2021– A preços de jun/21- IPCA – R$ Milhões

R$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Junho		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	87.423,1	136.253,1	48.830,0	55,9%
I.1 Receita Administrada pela RFB	53.948,8	82.123,0	28.174,2	52,2%
Imposto de Importação	3.120,1	4.468,4	1.348,3	43,2%
IPI	3.804,3	6.333,2	2.528,9	66,5%
Imposto de Renda	30.467,3	35.284,4	4.817,0	15,8%
IOF	1.179,1	3.858,4	2.679,3	227,2%
COFINS	7.724,8	18.583,4	10.858,5	140,6%
PIS/PASEP	2.322,7	5.420,3	3.097,6	133,4%
CSLL	3.727,6	5.677,1	1.949,5	52,3%
CIDE Combustíveis	162,7	34,3	-128,4	-78,9%
Outras	1.440,2	2.463,7	1.023,4	71,1%
I.2 Incentivos Fiscais	-113,4	0,0	113,4	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	23.594,4	34.093,8	10.499,4	44,5%
Urbana	22.966,1	33.129,7	10.163,6	44,3%
Rural	628,4	964,1	335,7	53,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.993,3	20.036,3	10.043,0	100,5%
Concessões e Permissões	225,7	245,6	19,9	8,8%
Dividendos e Participações	147,3	339,1	191,8	130,2%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.461,2	1.358,1	-103,1	-7,1%
Exploração de Recursos Naturais	2.339,3	4.662,3	2.323,0	99,3%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.455,9	1.186,5	-269,5	-18,5%
Contribuição do Salário Educação	1.669,8	1.807,6	137,9	8,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3,1	0,0	-3,1	-100,0%
Demais Receitas	2.691,0	10.437,1	7.746,2	287,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.030,8	25.730,6	8.699,8	51,1%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	70.392,2	110.522,5	40.130,2	57,0%

Em junho de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R$ 48,8 bilhões (55,9%) em termos reais**, frente a junho de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- *elevação de R$ 28,2 bilhões na receita administrada pela RFB;*
- *aumento de R$ 10,5 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS; e*
- *crescimento de R$ 10,0 bilhões nas receitas não administradas.*

A receita líquida apresentou elevação de R$ 40,1 bilhões.

Influenciam a comparação da receita entre os anos, a redução dos diferimentos tributários adotados em decorrência da crise Covid-19 (estimativa de R$ 17,9 bilhões), bem como a recomposição de alíquotas como no caso do IOF.

Receitas do Governo Central
Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021– A preços de jun/21 - IPCA – R$ Milhões

R$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Jan-Jun		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	712.290,3	915.528,1	203.237,8	28,5%
I.1 Receita Administrada pela RFB	453.106,7	583.867,3	130.760,7	28,9%
Imposto de Importação	22.270,5	31.106,1	8.835,6	39,7%
IPI	24.043,0	35.321,3	11.278,4	46,9%
Imposto sobre a Renda	219.429,6	262.369,9	42.940,3	19,6%
IOF	16.322,1	20.721,4	4.399,4	27,0%
COFINS	87.024,0	128.347,6	41.323,6	47,5%
PIS/PASEP	25.412,5	36.363,6	10.951,1	43,1%
CSLL	45.431,3	57.541,5	12.110,3	26,7%
CIDE Combustíveis	1.142,5	632,4	-510,1	-44,6%
Outras Administradas pela RFB	12.031,3	11.463,5	-567,8	-4,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-149,1	-34,4	114,7	-76,9%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	175.612,0	208.467,8	32.855,8	18,7%
Urbana	171.559,7	203.445,6	31.885,9	18,6%
Rural	4.052,4	5.022,2	969,8	23,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	83.720,7	123.227,4	39.506,7	47,2%
Concessões e Permissões	1.646,3	1.904,1	257,8	15,7%
Dividendos e Participações	3.400,5	14.440,9	11.040,3	324,7%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.184,4	8.300,4	116,0	1,4%
Exploração de Recursos Naturais	31.354,4	40.805,6	9.451,2	30,1%
Receitas Próprias e de Convênios	7.285,4	7.987,0	701,7	9,6%
Contribuição do Salário Educação	10.927,1	11.090,4	163,3	1,5%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	34,3	0,0	-34,3	-100,0%
Operações com Ativos	756,2	0,0	-756,2	-100,0%
Demais Receitas	20.132,2	38.699,1	18.566,9	92,2%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	142.294,5	171.110,9	28.816,4	20,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	569.995,8	744.417,1	174.421,3	30,6%

TesouroNacional

No acumulado até junho de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R$ 203,2 bilhões (28,5%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

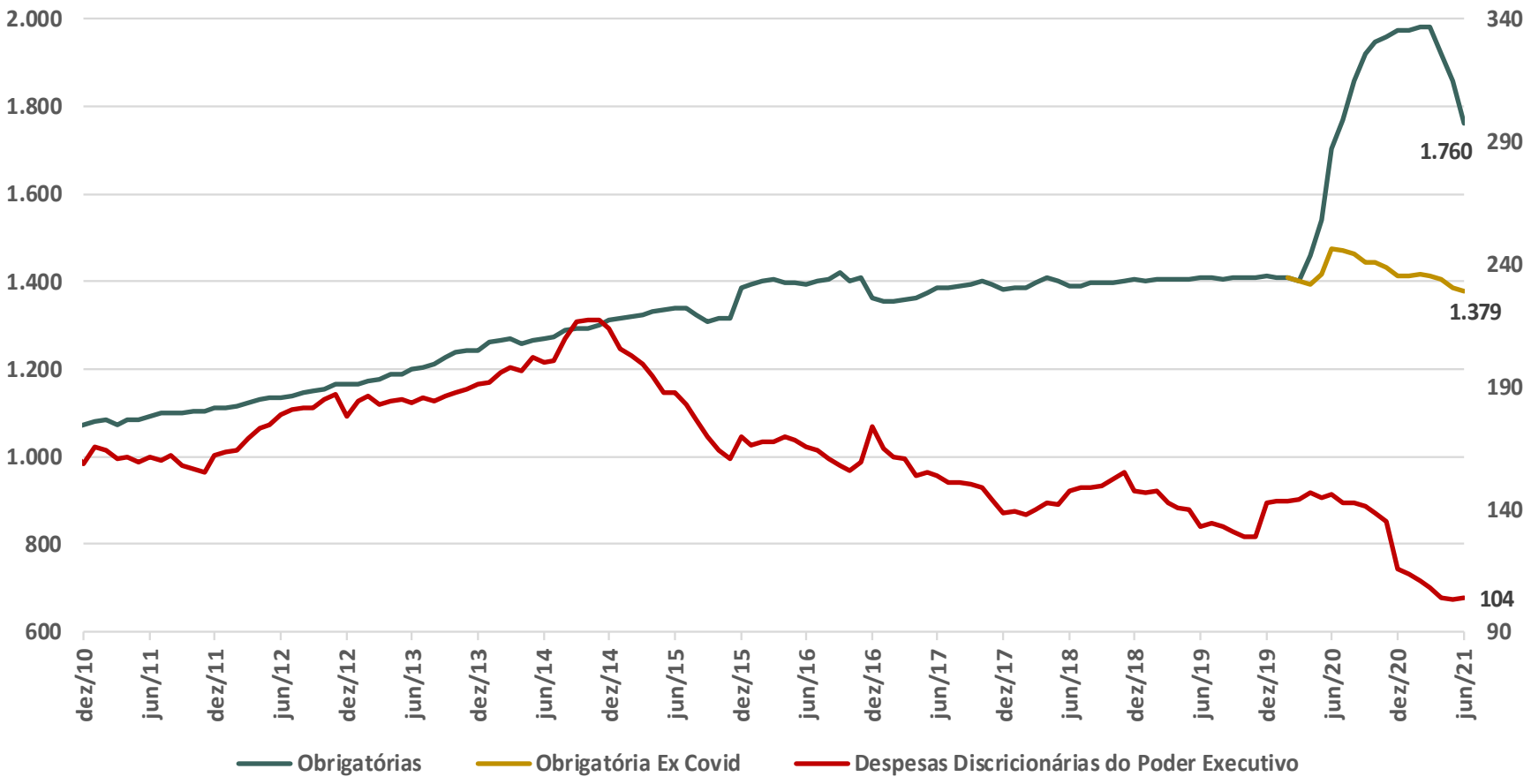
- *elevação de R$ 130,8 bilhões na receita administrada pela RFB;*
- *crescimento de R$ 39,5 bilhões nas receitas não administradas; e*
- *aumento de R$ 32,9 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS.*

A receita líquida apresentou elevação de R$ 174,4 bilhões (30,6%) em termos reais frente ao primeiro semestre de 2020.

A RFB estima redução de aproximadamente R$ 71,6 bilhões no diferimento de tributos no período de jan-jun/21 em comparação ao mesmo período de 2020.

Evolução de Despesas
do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses*
Brasil - 2010 a 2021: R$ Bilhões – A preços de jun/21- IPCA



Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

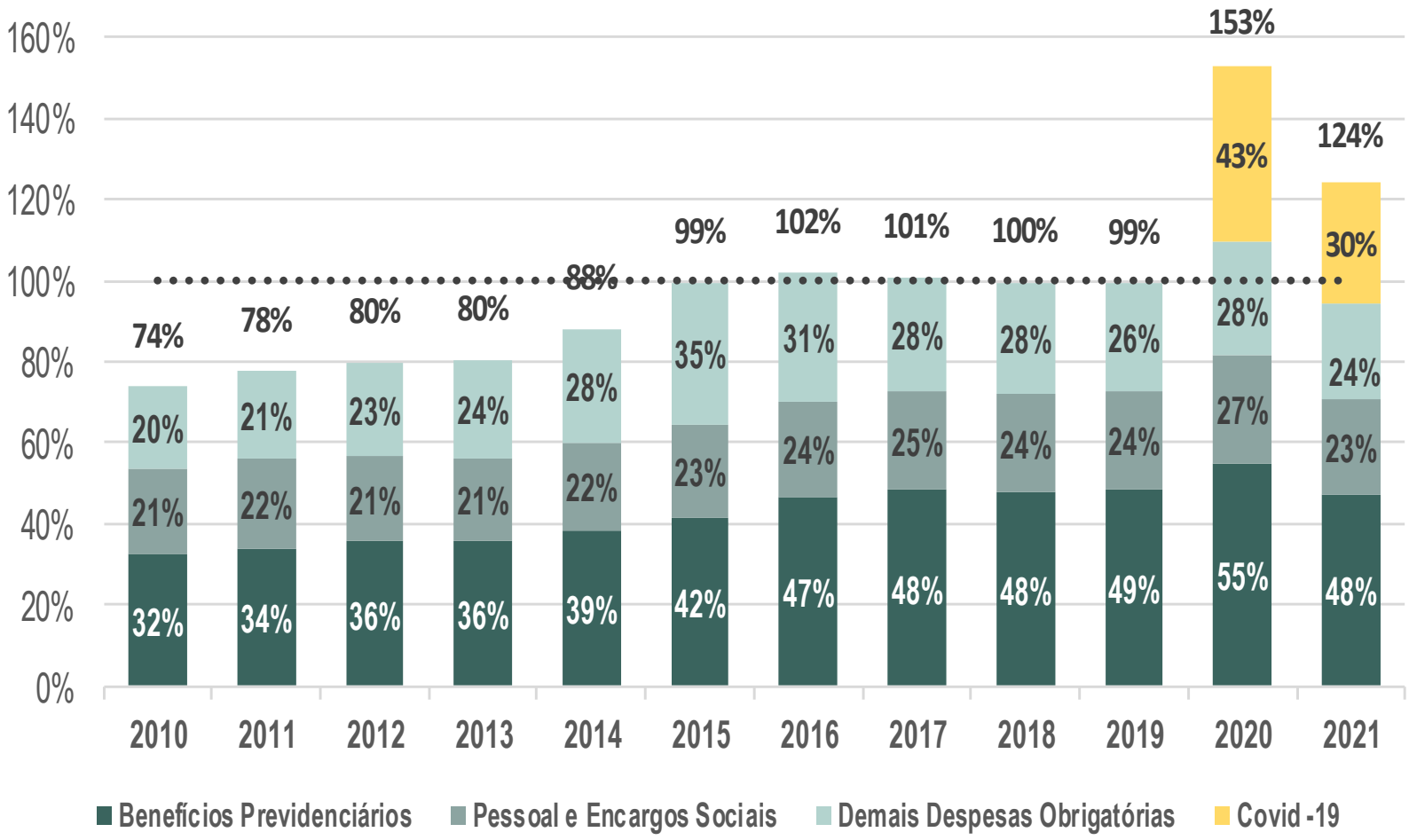
Excluídos os **R$ 380,7 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19,** as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de jun/21) apresentam trajetória estável.

** Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019.*

Fonte: Tesouro Nacional

Evolução de Despesas
do Governo Central

Despesas Obrigatórias como proporção da Receita Líquida** – Brasil*
2010 a 2020: Anual; 2021: Acumulado em 12 meses até junho



**Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.*
*** Exclui as receitas da cessão onerosa.*

Fonte: Tesouro Nacional

Desde 2015, **as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.**

O crescimento dos percentuais de 2020 e 2021 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à COVID-19.

Observa-se redução do percentual relacionado à crise Covid-19 em 2021 devido à queda desses gastos na composição da despesa total.

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de jun/21- IPCA – R$ Milhões

R$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Junho		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	281.509,9	184.075,1	-97.434,8	-34,6%
IV.1 Benefícios Previdenciários	83.349,8	89.235,1	5.885,3	7,1%
Benefícios Previdenciários - Urbano	68.040,1	70.895,5	2.855,4	4,2%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	7.870,5	8.602,1	731,6	9,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	15.309,7	18.339,6	3.029,9	19,8%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	1.777,9	2.229,3	451,5	25,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	30.444,4	31.564,8	1.120,4	3,7%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	4.047,0	6.940,4	2.893,4	71,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	147.288,1	40.980,8	-106.307,3	-72,2%
Abono e Seguro Desemprego	10.535,3	3.144,9	-7.390,5	-70,1%
Apoio Fin. EE/MM	21.318,7	0,0	-21.318,7	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.740,8	5.874,6	133,8	2,3%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	83.354,2	12.686,5	-70.667,7	-84,8%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	772,8	631,3	-141,5	-18,3%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.211,7	1.172,1	-39,6	-3,3%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	887,4	878,8	-8,6	-1,0%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	332,3	332,3	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	21.857,5	16.354,0	-5.503,5	-25,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	864,5	37,7	-826,8	-95,6%
Impacto Primário do FIES	9,8	-734,4	-744,2	-
Demais	735,4	603,1	-132,3	-18,0%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Finance	20.427,6	22.294,4	1.866,8	9,1%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.336,6	11.023,3	686,7	6,6%
Discricionárias	10.091,0	11.271,1	1.180,1	11,7%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	150.470,4	54.685,5	-95.784,8	-63,7%
Outras Despesas de Custeio	121.476,5	46.326,9	-75.149,6	-61,9%
Outras Despesas de Capital	28.993,9	8.358,6	-20.635,2	-71,2%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Prroagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Em junho de 2021 contra mesmo período de 2020, **a despesa total apresentou queda de R$ 97,4 bilhões (34,6%) em termos reais.**

Variação determinada principalmente por:

- - R$ 70,7 bi em Créditos Extraordinários;
- - R$ 21,3 bi em Apoio Fin. EE/MM;
- - R$ 7,4 bi em Abono e Seguro Desemprego;
- + R$ 5,9 bi em Benef. Previdenciários.

Despesas do Governo Central
Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021– A preços de jun/21 - IPCA – R$ Milhões

R$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Jan-Jun		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.022.266,2	796.955,0	-225.311,1	-22,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	387.300,5	368.720,7	-18.579,8	-4,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	309.571,1	291.438,4	-18.132,7	-5,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	77.729,4	77.282,3	-447,1	-0,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	165.140,5	160.244,6	-4.895,9	-3,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	350.971,1	158.827,4	-192.143,7	-54,7%
Abono e Seguro Desemprego	37.423,1	29.778,1	-7.644,9	-20,4%
Apoio Fin. EE/MM	23.451,7	0,0	-23.451,7	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	34.011,0	34.260,9	249,9	0,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	34,3	0,0	-34,3	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	185.752,3	49.121,7	-136.630,6	-73,6%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	9.851,2	9.997,9	146,6	1,5%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	5.303,1	4.786,8	-516,3	-9,7%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	2.922,1	2.922,1	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	22.977,1	17.446,9	-5.530,2	-24,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	23.211,2	2.906,8	-20.304,4	-87,5%
Impacto Primário do FIES	-217,7	1.019,5	1.237,2	-
Demais	9.173,9	6.586,7	-2.587,1	-28,2%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	118.854,1	109.162,4	-9.691,7	-8,2%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	67.504,2	69.294,5	1.790,2	2,7%
Discricionárias	51.349,9	39.867,92	-11.482,0	-22,4%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	375.048,7	199.658,5	-175.390,2	-46,8%
Outras Despesas de Custeio	332.731,2	182.611,9	-150.119,3	-45,1%
Outras Despesas de Capital	42.317,5	17.046,60	-25.270,9	-59,7%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

TesouroNacional

No acumulado até junho de 2021 contra mesmo período de 2020, **a despesa total sofreu redução de R$ 225,3 bilhões (22,0%) em termos reais.** As principais variações foram:

- Créditos Extraordinários (-R$ 136,6 bi);
- Apoio Fin. EE/MM (- R$ 23,5 bi)
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R$ 20,3 bi);
- Benefícios Previdenciários (- R$ 18,6 bi);
- Despesas Discricionárias (- R$ 11,5 bi); e
- Abono e Seg. Desemprego (- R$ 7,6 bi)

Variações influenciadas diretamente pela redução nas despesas realizadas em decorrência da Covid-19.

Despesas do Governo Central
relacionadas ao combate ao COVID-19[1] apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – 2021 – valores nominais – R$ Milhões

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 apurados pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	Acum. 2021
DESPESAS PRIMÁRIAS	**2.023,4**	**1.061,3**	**5.170,7**	**11.848,5**	**16.119,6**	**12.744,0**	**48.967,4**
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	***69,1***	***20,2***	***60,5***	***10,4***	***74,4***	***51,2***	***285,9***
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	69,1	20,2	60,5	10,4	74,4	51,2	285,9
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	***1.944,2***	***1.025,2***	***5.075,8***	***11.752,2***	***16.002,9***	***12.614,7***	***48.415,0***
Ampliação do Programa Bolsa Família	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	279,1	77,6	337,0	9.028,8	8.919,1	8.713,1	27.354,8
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	346,0	47,8	29,3	208,0	1.428,3	1.888,9	3.948,3
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	1.243,2	256,1	1.971,4	1.367,6	3.830,6	449,7	9.118,7
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Vacinas	75,9	643,7	2.738,1	1.147,7	1.824,9	1.563,0	7.993,3
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***0,0***
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	***0,8***	***5,6***	***25,7***	***67,6***	***25,9***	***62,2***	***187,7***
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,8	5,6	25,7	67,6	25,9	62,2	187,7
II.4.2 - Discricionárias	***9,4***	***10,4***	***8,6***	***18,2***	***16,4***	***15,8***	***78,8***
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	9,4	10,4	8,6	18,2	16,4	15,8	78,8
DESPESAS FINANCEIRAS	**125,0**	**0,0**	**250,0**	**0,0**	**0,0**	**10,0**	**385,0**
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	**2.148,4**	**1.061,3**	**5.420,7**	**11.848,5**	**16.119,6**	**12.754,0**	**49.352,4**

Em junho de 2021, as despesas primárias em resposta à **crise COVID-19 totalizaram R$ 12,7 bilhões.**

As principais despesas foram (i) auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade, (ii) benefício emergencial de manutenção do emprego e renda e (iii) aquisição de vacinas.

1. *Para detalhamento ver:* https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19 e https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central
relacionadas ao combate ao COVID-19[1]

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R$ Milhões

Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19
Atualizado diariamente

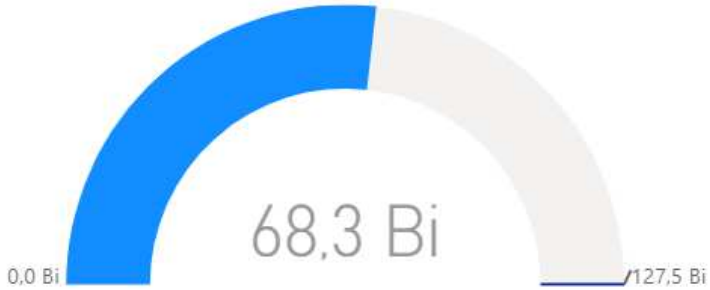
2020 | 2021

29/07/2021
Última atualização

Até o mês de:
julho

Pago
68,3 Bi

Previsto
127,5 Bi



Gastos com COVID-19 (R$ bilhões)	Previsto	Pago	Saiba Mais
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	64,90	35,83	MPs 937, 956, 970, 988, 999/2020, 1037, 1056/2021
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	11,67	6,10	MPs n° 935/2020 e 1.044/2021
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	5,00	5,00	MPs n° 977, 972, 997, 1.020/2020 e 1.053/2021
Financiamento da Infraestrutura Turística	1,92	0,44	MP n° 963/2020
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	16,18	11,35	Vide nota
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	27,79	9,53	MPs n° 994, 1.004, 1.015/2020 e 1.048/2021
Total	**127,46**	**68,25**	

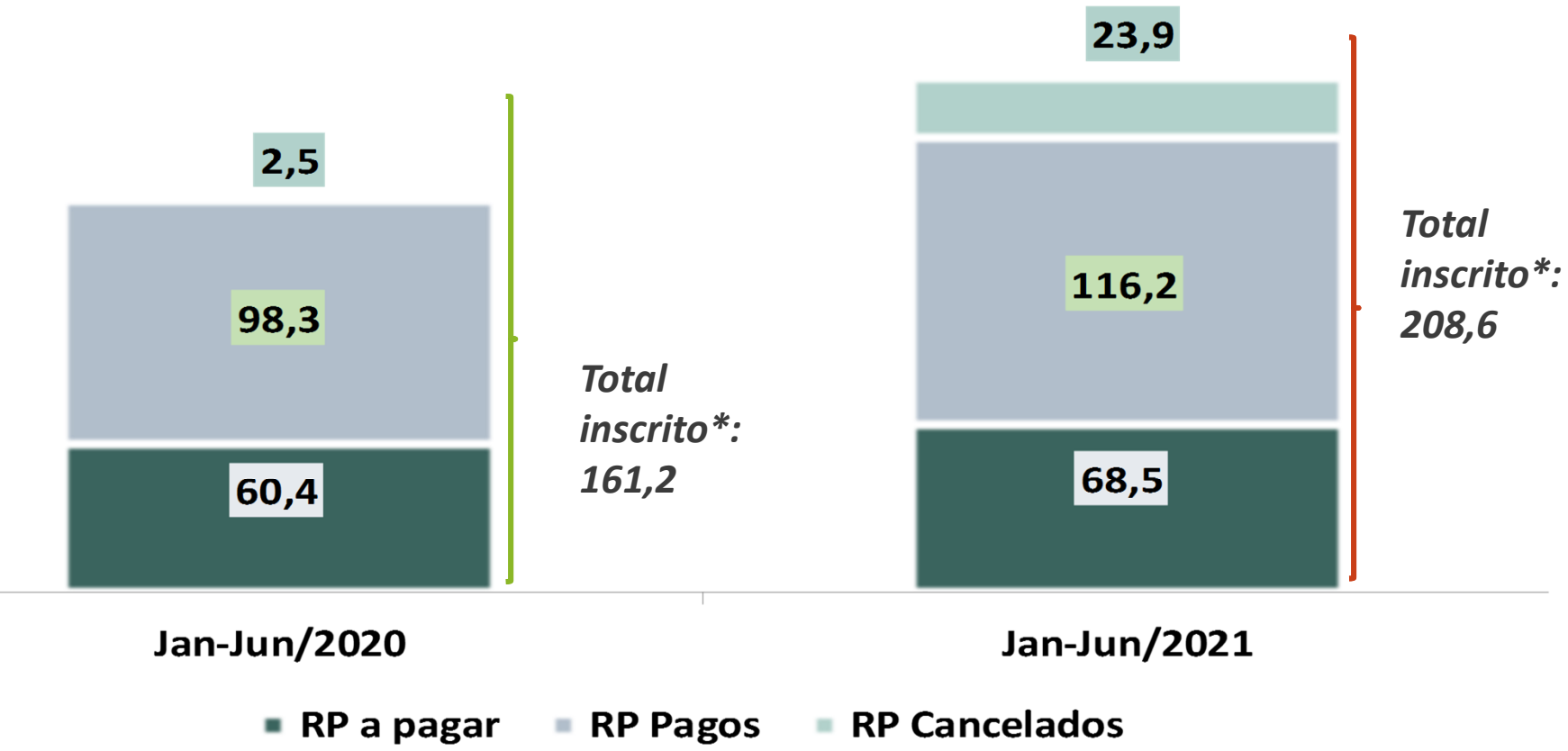
A previsão de gastos com o enfrentamento ao COVID-19 para 2021 é de 127,5 bilhões.

Desta dotação foram pagos, até o dia 29/07/2021, R$ 68,3 bilhões.

1. *Para detalhamento ver:* https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19 e https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central
Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2020/2021 – Acumulado no ano – R$ bilhões – Valores Correntes



- Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para inforjunções adicionais ver: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2021/114

O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até junho de 2021 correspondeu a **R$ 116,2 bilhões**, contra **R$ 98,3 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

Os **cancelamentos** até junho de 2021 totalizaram **R$ 23,9 bilhões** frente a **R$ 2,5 bilhões** no mesmo período de 2020.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS

Pagamento total em 2020

R$ 1.402.818.174.499,94

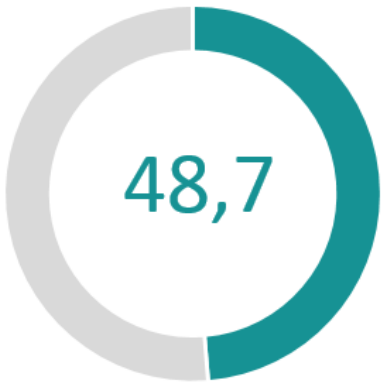
Limite Para 2021

R$ 1.485.936.445.066,36

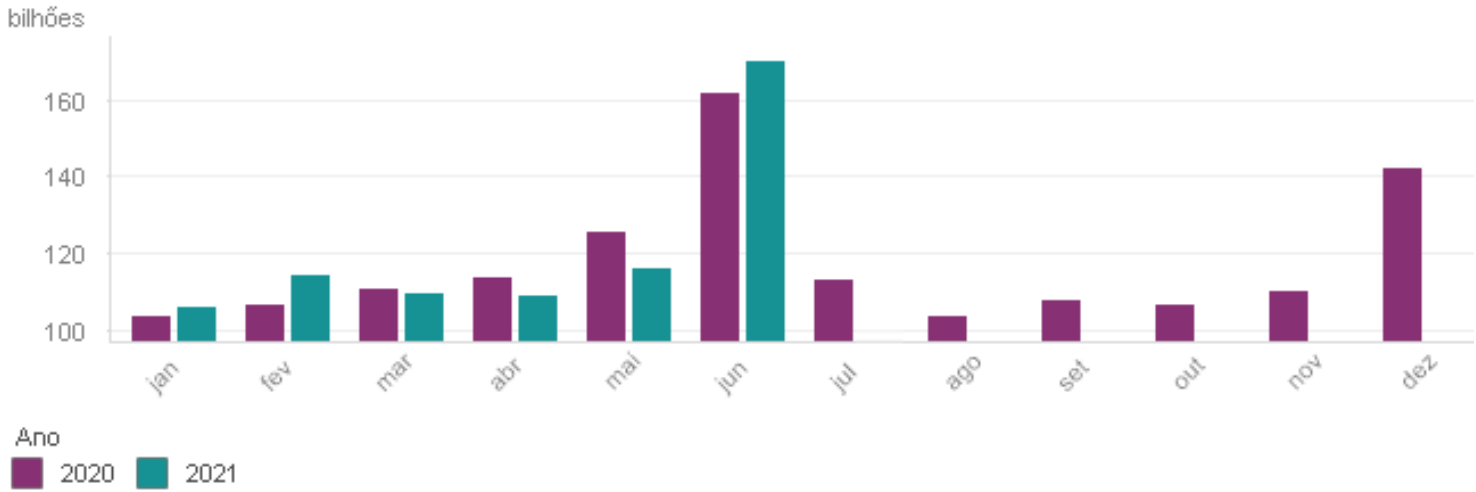
Pagamento acumulado em 2021

R$ 723.650.733.224,38

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R$)



Acompanhamento
do Novo Regime Fiscal

TesouroNacional

Brasil – 2021 – R$ Milhões – Preços Correntes

R$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	**Acum. 2021**	**PLOA 2021 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)**	**% Executado**
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	723.651	1.485.936	48,7%
II.1 Poder Executivo	694.045	1.421.604	48,8%
II.2 Poder Legislativo	5.759	12.837	44,9%
II.2.1 Câmara dos Deputados	2.716	6.166	44,0%
II.2.2 Senado Federal	2.068	4.539	45,6%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	975	2.133	45,7%
II.3 Poder Judiciário[2]	20.475	44.189	46,3%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	299	660	45,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	696	1.550	44,9%
II.3.3 Justiça Federal	5.324	11.436	46,6%
II.3.4 Justiça Militar da União	259	557	46,5%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.422	7.536	45,4%
II.3.6 Justiça do Trabalho	9.068	19.495	46,5%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.333	2.754	48,4%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	74	201	36,9%
II.4. Defensoria Pública da União	258	559	46,1%
II.5 Ministério Público da União	3.114	6.747	46,2%
II.5.1 Ministério Público da União[1, 3]	3.078	6.661	46,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público[1]	35	86	41,4%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.
2. Considera o acréscimo de R$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.
3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

As despesas sujeitas ao teto totalizaram 48,7% do limite estabelecido no PLOA 2021.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

R$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Jan-Jun		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2020 (a)	2021 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	721.208	723.651	0,3%	5,9%
II.1 Poder Executivo	691.583	694.045	0,4%	6,0%
II.2 Poder Legislativo	5.804	5.759	-0,8%	10,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	2.689	2.716	1,0%	12,3%
II.2.2 Senado Federal	2.143	2.068	-3,5%	9,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	972	975	0,3%	8,3%
II.3 Poder Judiciário[2]	20.445	20.475	0,1%	3,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	304	299	-1,7%	4,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	701	696	-0,7%	8,5%
II.3.3 Justiça Federal	5.210	5.324	2,2%	4,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	258	259	0,4%	5,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	3.378	3.422	1,3%	6,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	9.213	9.068	-1,6%	2,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.295	1.333	2,9%	2,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	86	74	-14,0%	2,1%
II.4. Defensoria Pública da União	243	258	6,0%	13,2%
II.5 Ministério Público da União	3.132	3.114	-0,6%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União[1,3]	3.099	3.078	-0,7%	-0,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público[1]	33	35	6,1%	3,3%

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.
2. Considera o acréscimo de R$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.
3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

A **margem de enquadramento** é o **percentual de crescimento nominal** em 2021, na comparação com a despesa paga em 2020, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

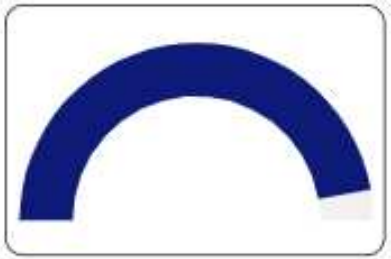
Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2020 para 2021 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

Regra de Ouro
Art. 167 da Constituição Federal

mês

junho de 2021

% da despesa coberta com a receita considerada



105,86%

Margem de suficiência dos últimos 12 meses

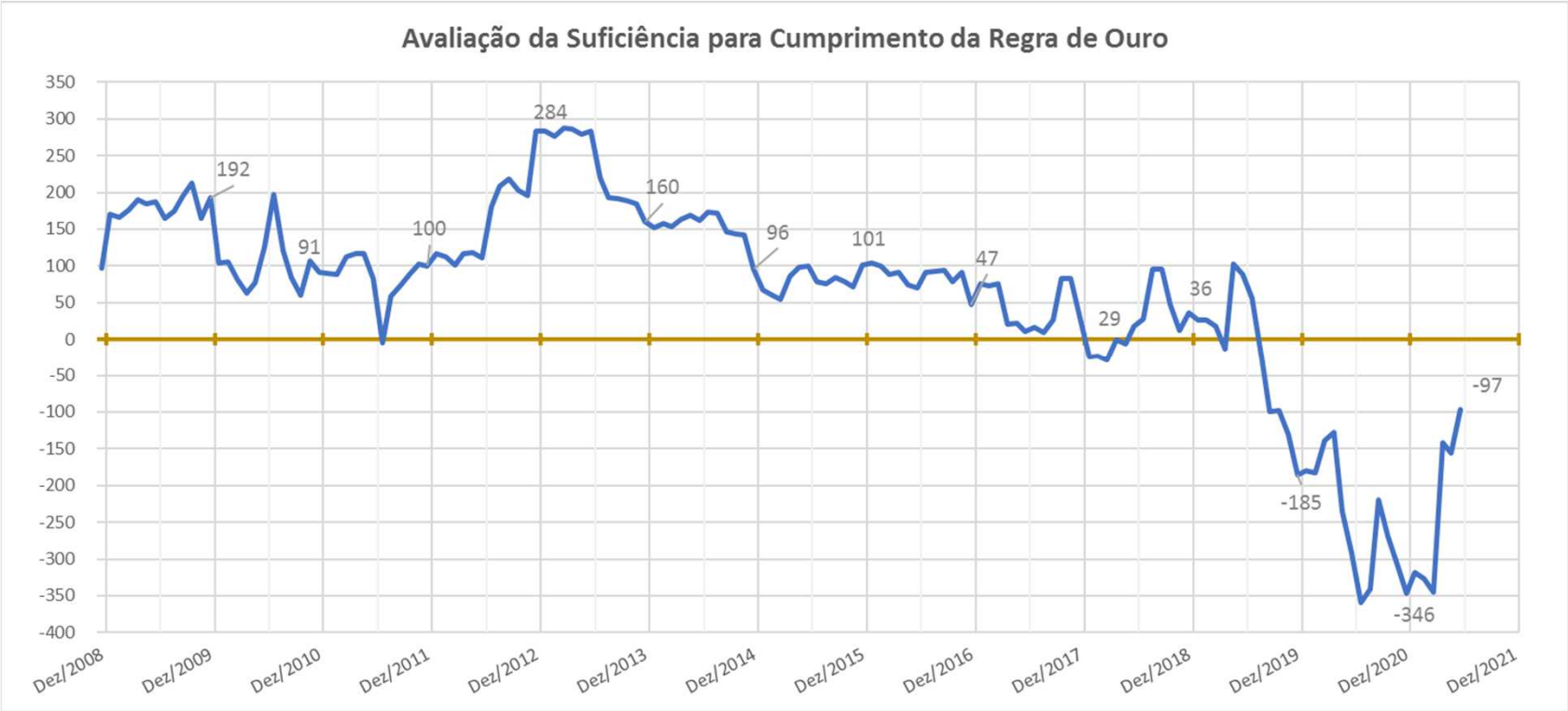
-96,81 Bi

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R$)

	No Mês	No Ano	12 Meses
Despesas de Capital	11,42 Bi	932,07 Bi	1.650,85 Bi
Receitas Consideradas	6,46 Bi	788,04 Bi	1.747,66 Bi
(+) Receitas de Operações de Crédito	142,12 Bi	1.136,08 Bi	2.300,89 Bi
(-) Variação do colchão da Dívida	127,02 Bi	321,51 Bi	526,71 Bi
(-) Ressalva da EC 109/2021	8,64 Bi	26,53 Bi	26,53 Bi
Resultado	4,96 Bi	144,03 Bi	-96,81 Bi

Regra de Ouro
Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2021: Acumulado em 12 meses – R$ Bilhões – A preços correntes



No acumulado em 12 meses até junho/2021, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R$ 96,8 bilhões**.

O **cumprimento da Regra de Ouro** é verificado **em bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro
Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2021 – R$ Bilhões – A preços correntes

Contas	Cenário 2021
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b - c)	**1.939,2**
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	2.119,4
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	137,6
(-) Dedução da EC n. 109, art. 3º, § 2º (c)	42,6
Despesas de Capital (II)‡	**1.778,6**
Investimentos†	37,0
Inversões Financeiras†	65,9
Amortizações	1.675,8
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	**-160,6**
Operações a serem ressalvadas - PLN 9/2021 (IV)	**164,1**
Margem com PLN 9/2021 (V = III + IV)	**3,5**

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

Fonte: Tesouro Nacional

TesouroNacional

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2021 apontam uma insuficiência a ser sanada com a aprovação de crédito suplementar que autorize a realização das operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, conforme o dispositivo constitucional.

O referido pedido de crédito suplementar foi enviado ao Congresso Nacional por meio do PLN 9/2021, no valor de R$ 164,05 bilhões.

A utilização de fontes do superávit financeiro, como o resultado do BCB, da desvinculação de fundos públicos para pagamento de dívida pública, bem como a melhora do cenário de arrecadação contribuíram para reduzir a insuficiência, e consequentemente, a magnitude do crédito suplementar solicitado.

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

SECRETARIA ESPECIAL

Tesouro Orçamento

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R$ Milhões – Valores Correntes

	Valores Correntes					
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	jun/11	10.407,6	jun/08	61.378,4	jun/11	108.747,5
2º	jun/08	7.920,7	jun/11	55.430,8	jun/12	82.874,6
3º	jun/06	6.050,4	jun/12	46.414,3	jun/08	76.573,0
4º	jun/05	5.766,2	jun/07	42.455,8	jun/13	70.655,4
5º	jun/04	5.660,3	jun/06	38.350,9	jun/14	53.921,2
6º	jun/07	5.198,4	jun/05	38.225,1	jun/05	53.735,9
7º	jun/99	3.812,9	jun/04	33.830,6	jun/07	52.853,1
8º	jun/02	1.771,8	jun/13	32.081,7	jun/06	52.799,0
9º	jun/00	1.641,2	jun/03	29.289,1	jun/10	45.471,5
10º	jun/01	1.563,6	jun/10	24.574,5	jun/04	43.621,6
11º	jun/13	813,9	jun/02	19.889,5	jun/03	40.976,7
12º	jun/03	760,4	jun/09	18.539,4	jun/09	28.599,4
13º	jun/12	695,4	jun/01	18.275,3	jun/01	23.825,9
14º	jun/10	614,4	jun/00	15.431,5	jun/02	23.351,4
15º	jun/97	102,6	jun/14	13.843,8	jun/00	23.086,2
16º	jun/09	-618,2	jun/99	12.509,6	jun/99	17.025,2
17º	jun/98	-1.842,0	jun/97	3.112,5	jun/98	1.749,6
18º	jun/14	-2.682,0	jun/98	3.061,4	jun/15	-41.239,3
19º	jun/15	-8.940,5	jun/15	-3.913,1	jun/18	-99.376,1
20º	jun/16	-9.743,6	jun/19	-29.310,7	jun/19	-117.938,6
21º	jun/19	-11.805,3	jun/18	-31.593,4	jun/16	-153.055,4
22º	jun/18	-16.380,0	jun/16	-36.466,3	jun/17	-181.288,1
23º	jun/17	-19.844,2	jun/21	-53.653,9	jun/21	-379.563,1
24º	jun/21	-73.552,6	jun/17	-56.478,8	jun/20	-483.099,7
25º	jun/20	-194.853,1	jun/20	-417.345,6		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R$ Milhões – Valores de jun/21

R$ Milhões - Valores de Jun/21 - IPCA					
Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
jun/11	18.090,3	jun/08	127.392,1	jun/11	195.316,1
jun/08	16.142,6	jun/11	97.575,9	jun/08	160.145,5
jun/99	14.512,5	jun/07	92.531,2	jun/12	140.531,4
jun/04	14.156,6	jun/05	90.062,7	jun/05	128.270,4
jun/06	13.560,7	jun/06	86.051,8	jun/06	119.582,2
jun/05	13.444,5	jun/04	85.837,3	jun/07	115.875,2
jun/07	11.236,6	jun/03	79.041,0	jun/03	114.690,1
jun/00	5.865,1	jun/12	77.824,1	jun/13	112.848,8
jun/02	5.478,5	jun/02	62.334,7	jun/04	111.708,9
jun/01	5.205,4	jun/01	61.520,3	jun/10	86.357,9
jun/03	2.017,0	jun/00	55.398,4	jun/00	84.183,6
jun/13	1.263,8	jun/13	50.644,4	jun/14	81.736,1
jun/12	1.152,2	jun/99	48.059,7	jun/01	80.836,6
jun/10	1.139,5	jun/10	46.189,3	jun/02	73.894,7
jun/97	417,1	jun/09	36.509,7	jun/99	65.896,2
jun/09	-1.202,1	jun/14	20.829,2	jun/09	57.279,7
jun/14	-3.909,5	jun/97	12.789,5	jun/98	6.930,9
jun/98	-7.243,4	jun/98	12.191,2	jun/15	-58.824,1
jun/15	-11.968,0	jun/15	-4.798,6	jun/18	-116.598,2
jun/16	-11.983,2	jun/19	-32.255,4	jun/19	-132.909,5
jun/19	-13.063,5	jun/18	-36.281,6	jun/16	-196.272,3
jun/18	-18.735,8	jun/16	-45.089,3	jun/17	-218.769,4
jun/17	-23.695,0	jun/21	-52.537,9	jun/21	-400.994,0
jun/21	-73.552,6	jun/17	-67.351,1	jun/20	-524.458,5
jun/20	-211.117,6	jun/20	-452.270,4		